



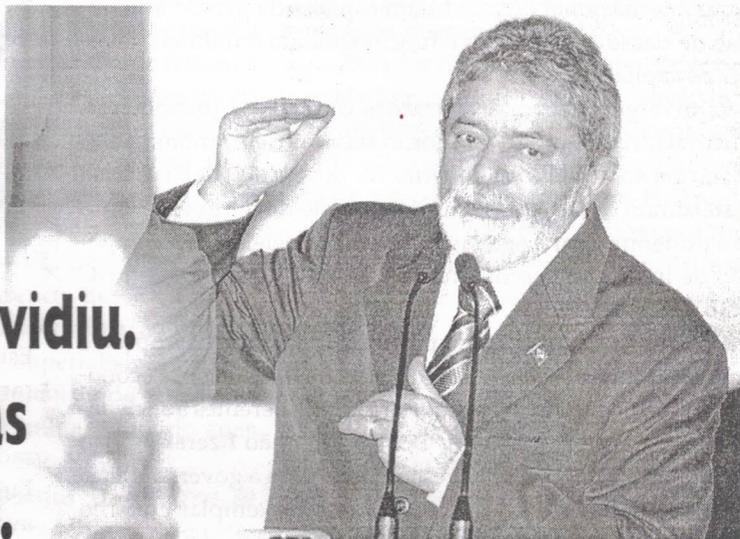
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO 18 - Nº 329 - DE 03 A 20 DE NOVEMBRO DE 2006 - R\$ 1,50

**2º turno dá vitória a Lula.
Governo será ainda mais
dependente do PMDB.
A Frente de Esquerda se dividiu.
As massas foram arrastadas
pela disputa interburguesa.**



Juventude: Educação e Emprego



**Teses da Corrente Proletária Metalúrgica
para o Encontro da Oposição no ABC:
Como enfrentar os ataques da empresa
e a traição da direção do sindicato.**

**Todo apoio à luta da
população oprimida
de Oaxaca**



**Bolívia: Evo é incapaz de fazer
a nacionalização dos minérios**



Vitória de Lula

Lula venceu Alckmin com 60,82% dos votos (58.270.823 votos).

O que significa e o que esperar da reeleição do caudilho petista?

Do ponto de vista da burguesia, espera-se que o governo continue a defender seus interesses históricos determinados pela forma capitalista de exploração e acumulação de capital. O PT e seu governo surpreenderam tanto ao capital nacional quanto internacional quanto foram capazes de preservar o domínio de classe e de garantir o funcionamento econômico favorável ao capital.

As divergências entre as frações capitalistas (banqueiros, industriais, ruralista etc) em torno da política econômica são inevitáveis sob qualquer governo da burguesia. O PT e Lula não deixaram de ser um exemplar governo da burguesia, tanto é que puderam usar a seu favor, na disputa eleitoral, a comparação de indicadores econômicos com os do governo de FHC (PSDB\PFL).

A crise política provocada pelos escândalos de corrupção e de negociatas não teve a ver com a eclosão de uma crise econômica. O tráfico e toda sorte de falcatura são inerentes à sociedade burguesa e ao seu Estado. O PT e Lula não fizeram senão reproduzir tais relações, imprescindíveis para a governabilidade. Observando bem, Lula foi também um exemplar governo burguês no que toca à moral – praticou a política de compra e venda que todo governo tem de praticar.

Os dois grandes partidos orgânicos da classe capitalista – PSDB e PFL – não puderam atacar o governo petista quanto à sua política econômica, pois esta foi mais exemplar do que a de FHC no que toca aos negócios particulares dos monopólios industriais e dos banqueiros. O fato favorável da economia mundial e a acusação de que o petismo não aproveitou bem as vantagens conjunturais não tiraram o principal mérito de Lula ter possibilitado muito lucro aos capitalistas. As críticas feitas pelo PSDB\PFL e por Alckmin contra o governo de que Lula se resumem a dizer que poderia ter sido um governo burguês mais exemplar do que foi, uma vez que deu seqüência às diretrizes neoliberais de FHC nas questões fundamentais e que teve a seu favor a economia mundial.

Uma vez que os interesses capitalistas foram preservados e favorecidos e uma vez que a “paz social” não teve abalos (com a CUT, UNE, MST colaborando), a crise moral não passou de luta intestina ao Estado e que o PSDB\PFL procuraram passar para as massas. Com isso, conseguiram sensibilizar mais a classe média e apenas uma parte da classe operária do Sul\Sudeste.

Lula terá mais um mandato, sob a acusação de abrigar quadrilhas. Tudo indica que a crise política continuará e poderá se agravar incontrolavelmente caso o governo reeleito tenha por baixo de seus pés uma crise econômica e social. O PSDB e PFL foram acusados de pretender o golpismo. É parte da estratégia dos adversários o impedimento de Lula.

Mas o que os explorados e oprimidos podem esperar?

As massas foram arrastadas pela disputa entre duas candidaturas burguesas. Lula constituiu no primeiro mandato um governo da classe burguesa e continuará a representá-la no



Disputa entre duas variantes da política burguesa

Estado. Os explorados mantêm suas ilusões e esperam melhorar suas vidas com a continuidade de Lula no poder.

Mas um governo burguês sempre agirá em favor dos exploradores. Não foi por outra razão que o MST concluiu que com Lula a reforma agrária não avançou como se esperava. E não avançará, sem renhida luta. A taxa de desemprego continuou alta. Mais da metade dos jovens não encontra trabalho e a maior parte não estuda.

É ilusório esperar que a economia abrirá milhões de novos postos de trabalho. A tendência é de destruição de parte do que já existe. A Volks tem a meta de pôr seis mil operários na rua.

O programa Bolsa Família é uma esmola assistencial, que chega apenas à metade dos milhões de família que não têm o que comer. A probabilidade maior é do governo reduzir gastos sociais.

A retomada da reforma da Previdência está na agenda do governo. O funcionalismo arcará neste segundo mandato com brutal arrocho. Lula terá de enfrentar a crise do endividamento interno. Como sustentar o pagamento de 150 bilhões de reais ao ano aos banqueiros? Enfim os problemas fundamentais da maioria da população não serão resolvidos e podem ser agravados.

As ilusões eleitorais no governo petista terão de ser superadas para o movimento social retomar as reivindicações e fortalecer-se no seu campo próprio de luta, que é o da mobilização coletiva. E as ilusões no caudilho Lula irão se desfazendo com a experiência e com as necessidades dos trabalhadores se defenderem contra os ataques da burguesia.

O Partido Operário Revolucionário defendeu o voto nulo programático no primeiro e segundo turno. Fez a campanha pelo programa antiimperialista e anticapitalista e pela construção do partido marxista-leninista-trotskyista. Sob o segundo mandato do PT/Lula, continuará organizando a luta dos explorados pelas reivindicações vitais e organizando o combate ao domínio imperialista do país e pela derrocada da burguesia. A estratégia de nosso programa é a do governo operário e camponês, que expressará a revolução e a ditadura do proletariado.

2º turno leva a um governo do PT/Lula que será ainda mais de crise

O segundo turno das eleições presidenciais permitiu a Lula vencer com grande vantagem seu opositor: Lula (PT) teve 58.295.042 votos (60,83%) e Geraldo Alckmin (PSDB) teve 37.543.178 votos (39,17%), com 23.914.714 abstenções (18,99%). Votos brancos: 1.351.448 (1,32%). Nulos: 4.808.553 (4,71%). A votação de Lula cresceu mais de 20 milhões em relação ao primeiro turno. Já a votação de Alckmin caiu mais de 2 milhões.

Lula teve crescimento na votação em todos os estados, tendo "virado" a votação em quatro deles (GO, DF, RO, AC), passando a vencer em 20 do total de 27 estados. Alckmin teve retrocessos em 23 dos 27 estados, com perdas de 24% (TO), 22% (MA), 20% (CE), 19% (PI), 16% (GO), 15% (AL, PI), 13% (BA) e 12% (MG). Mesmo onde venceu, sua vantagem foi muito reduzida, como em São Paulo (52% a 48%).

O crescimento da votação de Lula tem muitas motivações, que vão desde a passividade da oposição, que ficou só respondendo às acusações de Lula durante a campanha do 2º turno, até o esgotamento do efeito das denúncias de corrupção, tendo como epílogo o escândalo do dossiê. Destacam-se o uso mais incisivo da máquina do estado e a rede de acordos tramada pelo PT/Lula com os governadores eleitos em 1º turno e os principais candidatos ao 2º turno dos demais partidos. O apoio explícito dos novos e velhos caciques da política regional, que agiram como garotos propaganda de Lula na campanha do 2º turno, arrastou parte das massas a apoiar a reeleição. Lula teve de negociar com frações dos partidos burgueses ainda maior participação e compromissos no futuro governo, a fim de obter seu apoio (caso de Sergio Cabral, do Rio de Janeiro, por exemplo). Comprovou-se mais uma vez que as eleições são o campo próprio da disputa entre as frações da burguesia. As massas são arrastadas pelos opressores a apoiarem os candidatos que dirigirão a máquina estatal de gerenciamento dos negócios capitalistas.

Alckmin iniciou sua campanha ao 2º turno na ofensiva: foi agressivo e acusativo no 1º debate, como sempre pediu o PFL durante a campanha. Mas logo a seguir se colocou na defensiva: diante da acusação de Lula de que iria privatizar o Banco do Brasil e a Petrobras, o candidato do PSDB

tentou posar de defensor das estatais: reneceu a privatização, mas não convenceu ninguém. A defesa do desenvolvimentismo econômico mais o identificava com Lula que o diferenciava. As denúncias de corrupção, que afastaram a classe média do governo do PT, esgotaram seu poder de desgaste. Teve o apoio de uma minoria de governadores opositores eleitos, mas isso com muita má vontade. Isso porque a disputa pela vaga de candidato do PSDB em 2010 já começou entre Serra, Aécio e Alckmin.

A divisão Norte/Sul ocorrida no 1º turno entre Lula/Alckmin se desfez parcialmente no 2º. Somente o Sul se manteve ao lado de Alckmin, mas com uma vantagem muito pequena sobre Lula em cada estado.

Crise política da burguesia

As eleições reafirmaram a crise política da classe dominante no Brasil. Em 2002, por falta de alternativa própria dos partidos da burguesia, boa parte da classe dominante se colocou pela candidatura de Lula, não antes desta passar pelo aval do imperialismo. Constituiu um governo de uma aliança encabeçada pelo PT, que não é um partido saído do ventre da burguesia. Os maiores partidos burgueses contavam que seria possível trabalhar a crise de modo a desgastar o PT/Lula e torná-lo presa fácil na disputa eleitoral. Apoiaram-se no amadorismo dos petistas para o fisiologismo e corrupção, inerentes ao Estado capitalista, para denunciar o PT/Lula e passar por defensores da ética. Não conseguiram articular no parlamento uma oposição consistente, já que a política e as reformas do PT/Lula consistiram em um aprofundamento daquilo que fez o governo FHC do PSDB/PFL. Não conseguiram construir uma liderança nacional, dada a composição oligárquica regional da política e dos partidos no país e o choque de interesses ao redor de aspectos da política econômica, apesar da unidade ao redor de sua essência, ditada pelos organismos internacionais (capital financeiro internacional).

Enquanto isso, o governo do PT/Lula encontrou uma situação econômica internacional muito favorável. O comércio mundial abriu brechas, dadas as disputas interimperialistas e o crescimento chinês. A produção agrícola avançou e encontrou mercado a bom preço. O excesso de dóla-

res, oriundos da especulação com juros altos e das exportações recordes, permitiu acumular reservas, antecipar pagamentos e controlar a inflação. As condições econômicas favoráveis permitiram recuperar parte dos empregos destruídos anteriormente. O aumento de verbas para programas assistencialistas arrebanhou uma massa de 11 milhões de famílias das regiões mais miseráveis para a base do governo. As organizações de massa (CUT, MST, UNE) empenharam seu apoio ao governo e contiveram lutas. A oposição burguesa, que condenava os altos juros, gastos e impostos e a política cambial, não conseguiu se organizar e desgastar o governo ao ponto de desbancá-lo.

A crise política da burguesia continua: o futuro governo, que não saiu do ventre da classe dominante, tem para si a tarefa de dirigir o Estado a partir de alianças e compromissos com frações oligárquicas das mais díspares. O aumento da influência do PMDB no governo e parlamento será também aumento de sua instabilidade. Será um governo ainda mais sujeito aos choques entre as frações burguesas. O prognóstico é de um governo de crise, que pelas necessidades dos capitalistas diante do aprofundamento da crise econômica, terá de se chocar mais abertamente com as massas. A aplicação de reformas antioperárias como a reforma trabalhista será expressão desse choque.

2º turno nos estados favorece Lula

Para governador, o PMDB conquistou mais três estados, chegando a sete; o PSDB venceu em mais dois, chegando a seis. O PT venceu mais um, chegando a cinco. O PSB venceu em dois estados, ficando com três. O PDT venceu mais um, chegando a dois. O PPS ficou com os dois que elegeram no 1º turno. O PP venceu em um único estado. O PFL foi o partido com maior retrocesso: ficou com apenas um estado, vencido no primeiro turno. Perdeu no Maranhão e Pernambuco, estados em que era favorito antes do 1º turno.

A maioria dos governadores apoiará o governo. Além dos cinco Estados governados pelo PT, Lula garantiu apoios de cinco governadores do PMDB, três do PSB, um do PPS e um do PDT. A oposição ficou com

seis do PSDB, dois do PMDB, um do PFL, um do PPS, um do PP.

Em geral, as disputas de 2º turno favoreceram os candidatos mais votados em 1º turno, exceção em 3 estados: Pernambuco, Maranhão e Pará.

Em Pernambuco, o vice-governador de Jarbas Vasconcelos, favorito antes do 1º turno, perdeu de longe para Eduardo Campos, do PSB, que se valeu das alianças com os demais partidos burgueses e ligou sua imagem ao governo Lula, que teve esmagadora maioria de votos no 1º turno.

No Maranhão, a filha do cacique José Sarney, Roseana, amargou dupla derrota: não venceu no 1º turno e ainda acabou perdendo o 2º para o candidato apoiado pelo PT estadual, Jackson Lago, do PDT. Foi um duro golpe na liderança da família Sarney no Estado, que durava 40 anos.

No Pará, Ana Julia (PT) surpreendeu Almir Gabriel (PSDB), com os mesmos métodos da vitória de Campos em Pernambuco: aliança com os partidos burgueses e ligação da imagem com Lula. Também perdeu na vitória petista a aliança e apoio de Jader Barbalho (PMDB), um dos maiores corruptos da oligarquia regional. Há nesse estado o agravante de que Almir Gabriel é o ex-governador que ordenou o massacre dos sem-terra de Eldorado dos Carajás, tendo sua imagem associada ao fato.

Os resultados eleitorais do 2º turno alterarão a composição do Senado: a ameaça de expulsão do PFL de Roseana Sarney, que volta ao Senado e vai para o PMDB, arrastando consigo Epitácio Cafeteira (PTB-MA), levará o PMDB ao lugar de maior partido e, com isso, responsável pela indicação do presidente do parlamento. Assim, o segundo mandato de Lula será ainda mais dependente do que já foi do PMDB fortalecido eleitoralmente.

A divisão da Frente de Esquerda

A Frente de Esquerda revelou constituir uma unidade política artificial. Não se manteve nem mesmo até o 2º turno: cada partido tomou um caminho diferente diante da disputa.

O PSol de Heloisa Helena anunciou que ficaria "neutro". Proibiu os militantes de anunciarem apoio a qualquer dos dois candidatos. Houve protestos no interior da organização, a corrente APS defendeu apoio condicional a Lula, o SR apregoou o voto nulo.

O PCB defendeu o voto crítico em Lula.

Os restos mortais do estalinismo não negaram no último instante sua subserviência ao candidato das frações burguesas que julgam "mais progressistas". Assim justificam o voto em Lula: "*Identificamos que há nuances entre os dois candidatos que são importantes, com destaque para a defesa da legalidade democrático-burguesa, para alguns aspectos da política externa, para o papel do Estado e para a política de privatizações.*" A repressão aos sem-terra, a ocupação do Haiti, a privatização de imensas regiões amazônicas são apenas exemplos que comprovam que o PCB inventa uma fábula para realizar sua fantasia de apoiar a candidatura burguesa.

O PSTU chamou o voto nulo. De repente, o voto nulo passou a ser uma "alternativa política concreta para os trabalhadores", e deixou de ser o mesmo que "abstenção eleitoral". O PSTU justifica dizendo que "um grande número de votos nulos enfraqueceria o futuro governo". Trata-se da velha idéia morenista de que a via eleitoral pode constituir um instrumento de luta contra a burguesia e seus governos. Está aí a expressão mais acabada de como a bandeira de voto nulo pode ser usada pelo eleitoralismo, ou seja, ao invés de denúncia da democracia burguesa, se coloca no seu quadro.

As massas arrastadas pela disputa interburguesa

O principal tema debatido na campanha do 2º turno foi a questão do desenvolvimento econômico e sua relação com o emprego. Os dois candidatos da burguesia cantarolavam que para ter mais empregos é necessário o Brasil crescer. Ou seja, que se os explorados querem ter emprego, devem apoiar um governo que impulse o desenvolvimento capitalista.

A tese desenvolvimentista ganha força entre a burguesia por causa da crise econômica que se avizinha e pela discrepância de lucratividade entre os setores bancário e produtivo. Todo lucro capitalista é decorrente da exploração do trabalho assalariado. O lucro dos bancos é uma transferência de mais-valia das indústrias para a especulação, que retorna à produção para valorização de capital. A fusão predominante entre capital bancário e industrial (capital financeiro) não anula o choque de interesses entre as frações capitalistas, mais vinculadas a esta ou àquela forma de acumulação de capital. No momento, há uma grande vantagem de lucratividade do

investimento especulativo sobre o produto, que cria um desequilíbrio nas relações ao redor da valorização do capital. Os setores burgueses mais vinculados à produção reclamam ações governamentais que reequilibrem as coisas. E procuram arrastar as massas a apoiá-los contra as frações vinculadas diretamente à especulação.

A lucratividade dos bancos no Brasil nunca foi tão alta. Fruto da política econômica do governo Lula. Os empresários ligados à produção reclamam. E clamam pelo desenvolvimento econômico. Procuram atrair as massas com promessas de emprego.

Na prática, porém, vemos que o oposto ocorre. A decomposição do capitalismo leva a que até mesmo o crescimento de setores se dê com aumento da opressão e desigualdade (Lênin já mostrava isso em sua obra "Imperialismo, fase superior do capitalismo"). Vimos prova disso recentemente no caso da Volkswagen: lucros de meio bilhão de reais no último ano, crescimento vigoroso da produção; resultado: demissão de 3600 operários, com vistas a aumentar a produção e os lucros. É isso o que destina o capitalismo às massas: o crescimento econômico pretendido não passa de aumento da chamada produtividade (elevação da exploração relativa de mais-valia, por meio de aplicação de tecnologia e aumento do ritmo de trabalho), que gera sim é mais desemprego.

Os candidatos burgueses Lula e Alckmin chamam as massas a apoiarem seus governos, de forma a ajudar a burguesia a elevar sua produção e lucros. O emprego não pode aumentar por essa via. Ou será arrancado da burguesia através da luta de classes, que imporá redução dos lucros para preservar a vida das massas, ou não virá.

A ampliação de empregos só seria possível com ampliação substantiva das forças produtivas. O que implicaria ampliação das fábricas, da construção civil, da agricultura mecanizada, tudo em grande escala. Coisa que o capitalismo em decomposição é incapaz de realizar, pelo estrangulamento do mercado, domínio dos monopólios, concentração de riqueza e aumento da miséria.

O trabalho revolucionário tem pela frente a tarefa de ajudar as massas a romperem suas ilusões nas promessas da burguesia e caminharem com independência de classe, com seus próprios métodos de luta, rumo à sua emancipação, que só pode se dar pela revolução proletária.

PCB e a Frente de Esquerda

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) divulgou uma resolução do Comitê Central declarando seu voto em Lula no segundo turno. Justifica essa posição com o argumento de se contrapor à direita representada por Alckmin.

Eis a resolução: *"Identificamos que há nuances entre os dois candidatos que são importantes, com destaque para a defesa da legalidade democrático-burguesa, para alguns aspectos da política externa, para o papel do Estado e para a política de privatizações. Nestes aspectos, um eventual governo Alckmin representaria, claramente, um retrocesso à direita, ainda maior. Assim, o Comitê Central do PCB recomenda o voto crítico em Lula, de forma unilateral, independente, sem engajamento na campanha e, muito menos, num possível segundo governo, em relação ao qual continuaremos em oposição"*.

Não há nada de surpreendente nessa deliberação. Trata-se da velha e tradicional política do estalinismo de apoiar eleitoralmente governos burgueses, considerados à esquerda. Seria impossível ao PCB considerar papel contra-revolucionário do PT e de seu governo. Como também é impossível ao PCB, com base na experiência do primeiro mandato, prever que o governo de Lula expressará ainda mais o capital financeiro e as multinacionais. E que servirá ainda mais para estatizar a CUT e sindicatos, por meio da burocracia petista e não petista.

Historicamente, o programa estalinista e a tática dele derivada têm por estratégia a democracia burguesa e a defesa de governos burgueses tidos como progressistas.

Para fundamentar a resolução de apoio a Lula, Comitê Central faz uma breve avaliação da Frente de Esquerda. Acha que esta deve cumprir um papel mais avançado, constituindo-se em "um dos núcleos do Bloco Histórico do proletariado, na construção do socialismo". Lamenta, entretanto, que a Frente de Esquerda "não conseguiu ultrapassar os marcos da disputa eleitoral". Atribui a esse limite à "ausência de um programa político da Frente". E critica diplomaticamente Heloisa Helena dizendo que "seu discurso, muitas vezes, não se diferenciou da candidatura da oposição burguesa, sobretudo nas questões internacionais".

Como se vê, o PCB evita ir mais a fundo na caracterização das posições defendidas pela candidata da Frente de Esquerda. Se o fizesse, mostraria que Heloisa Helena esteve embocada com os ataques de Alckmin a Lula, portanto expressou posições da direita, que o PCB considerou necessário derrotar elei-

toralmente no segundo turno.

Posição disparatada da Frente de Esquerda

No segundo turno, cada um dos membros da Frente tomou posições diferentes na forma ou no conteúdo. Quanto ao conteúdo: voto nulo do PSTU e voto em Lula do PCB. Quanto à forma: neutralidade do PSOL e voto em Lula do PCB. Neste caso, não houve neutralidade de fato do PSOL, uma boa parte votou em Lula. A neutralidade serviu para evitar o desmoronamento prematuro do PSOL: lideranças como Plínio Sampaio, Ivan Valente etc. defenderam abertamente o voto em Lula; o voto nulo foi ventilado como motivo de fórum íntimo por Heloisa Helena.

O PSTU fez um chamado para a Frente discutir o voto nulo no segundo turno. Nem PSOL, nem PCB deram a mínima importância. O que revela que a Frente de Esquerda não passou de um ajustamento circunstancial, oportunista e eleitoral, constituída em torno de Heloisa Helena, que esteve livre para dizer o que quisesse.

A LER e o voto nos candidatos operários

Já criticamos suficientemente o centrismo e oportunismo da Liga Estratégia Revolucionária (LER) no jornal Massas 328 e 329 em referência à Frente de Esquerda, ao PSTU e quanto à sua posição, publicada às vésperas da votação no primeiro turno, de apoiar os candidatos operários da frente.

Mostramos que a LER foi arrastada pela Frente de Esquerda, embora chamasse no final o voto nulo no PCO.

Rechamos o critério de voto nas candidaturas operárias da Frente de Esquerda e do PCO, mostramos o ridículo da hierarquia de dar preferência aos candidatos da frente (nessa ordem, PSTU, PSOL, PCB) em relação aos do PCO e fundamentamos que tais candidaturas "operárias" não expressavam uma fração das massas oprimidas e nem o programa revolucionário.

Criticamos o voto no estalinismo (PCB).

Conclusão: a LER defendeu o voto nas candidaturas da Frente de Esquerda e esta se mostrou incapaz de ter uma posição classista e revolucionária no segundo turno. Chamou o voto nas candidaturas operárias do PCB, que no segundo turno saiu em defesa da candidatura de Lula, com o argumento de vencer a direita.

PSTU denuncia PCO

Com o título "Em Pernambuco, PCO vai ao TER atacar PSTU e sindicato dos correios", *Opinião Socialista* acusa o militante Oswaldo Alves, que concorreu nas eleições para governador, de ter entrado na justiça eleitoral com um pedido de sindicância contra o presidente do sindicato dos correios e membro do PSTU sob alegação deste ter usado o patrimônio do sindicato para fins eleitorais. *Opinião Socialista* diz ter se solidarizado com o PCO contra a cassação da candidatura

de Rui Costa Pimenta pelo TSE e que agora PCO usa a mesma justiça para atacar o presidente do sindicato dos correios e o PSTU.

Posição do POR

É necessário que PCO esclareça a acusação, confirmando ou negando a denúncia do PSTU. Recorrer à Justiça Eleitoral é utilizar um dos instrumentos coercitivos do Estado capitalista.

Uma corrente revolucionária jamais utiliza tais armas para combater os adversários no interior do movimento. O método proletário é o da luta política no seio das massas e no âmbito da vanguarda. As divergências no campo das correntes que se reivindicam da classe operária devem servir para avançar a luta programática, a defesa da política revolucionária e o fortalecimento do partido marxista-leninista-trotskista.

Juventude: educação e trabalho

Texto debatido no Encontro da Corrente Proletária Estudantil Secundarista

1. Nos momentos eleitorais, os políticos fazem inúmeras promessas para arregimentar parcela da juventude pobre, que sofre as duras conseqüências da exploração capitalista, da discriminação social e da marginalização do ensino. Passadas as eleições, tudo se desfaz. Prevalecem os interesses dos proprietários dos meios de produção no controle do Estado e nas políticas governamentais. Como o Brasil é um país semicolonial, pesam sobre ele as diretrizes dos credores imperialistas, que são descarregadas sobre os milhões de jovens por meio de corte de recursos estatais nos setores da educação e do trabalho, como parte da orientação geral de ampliação da exploração do trabalho, mercantilização do ensino e eliminação de direitos trabalhistas. Os governantes não podem ferir a essência dos planos, que se denominam neoliberais. Conforme amplia a crise estrutural do modo de produção capitalista (que se manifesta na aguda contradição entre a potencialidade das forças produtivas e na apropriação monopolista da produção) mais medidas de redução do papel do Estado quanto aos investimentos sociais são impostas aos países mais atrasados economicamente. A estatização dá lugar à privatização dos serviços essenciais, entre eles a educação. Aumenta-se o saque das potências sobre a economia nacional. Nessas duas décadas de implantação das medidas neoliberais, cresceu a miséria para os trabalhadores pobres e a riqueza para uma ultra-minoria. O falado crescimento econômico do país (que não ultrapassou os 3%) não se deu de forma homogênea, alguns ramos apresentaram índices positivos em detrimento de outros (petrolífero e têxtil). Para as massas exploradas, perduraram o salário mínimo de fome, o desemprego, o sucateamento dos serviços públicos (saúde, educação e previdência) e a eliminação de direitos trabalhistas. A juventude dos bairros pobres, que está pronta para o trabalho e necessita de estudos, foi duramente golpeada.

2. Dados indicam que os jovens entre 16 e 24 anos são os que amargam o desemprego. Quase 50% (45,5%) dessa mão-de-obra está fora do mercado de trabalho, sem dizer daqueles que nunca alcançaram uma colocação. Os índices

de desemprego nessa faixa etária nas grandes capitais são terríveis (Salvador (42,8%), Recife (41,7%), Brasília (36,7%) e Grande São Paulo (32,6%)). Dos 3,24 milhões de desempregados de cinco capitais, 1,47 milhões são jovens. Em 1995, o desemprego atingia 13,9% dos jovens entre 16 e 24 anos; em 2004, 24,5%; em 2006, quase 46%. São nas famílias com renda menor que dois salários mínimos onde se encontra a juventude sem emprego. Como o emprego é escasso, as exigências são inúmeras, tornando inviável para esses jovens, que na maioria das vezes não têm o ensino médio, cursos profissionalizantes e nem têm acesso à universidade. Quanto mais tempo ficar fora do mercado de trabalho, mais difícil é arrumar uma colocação. Se tem pouca idade, não tem experiência e escolaridade exigidas pela vaga; se já está com mais de 24 anos e nunca trabalhou, é difícil conseguir o emprego. Como se vê, a juventude é vítima de um sistema econômico que sequer consegue assegurar o trabalho a todos.

3. A parcela da juventude empregada é extremamente explorada, os salários são baixos, a jornada elevada e sem direitos trabalhistas. Dados de 2005 indicam que 49,7% dos que tinham 24 anos possuíam empregos "instáveis", o que significa contratos por tempo determinado. Boa parte destes não tinham a garantia de direitos elementares de um emprego formal. O estudo revela que nas seis maiores cidades, a jornada de trabalho é violenta, a maioria acima do limite de 44 horas semanais. Somam-se a isso os baixos salários. Em Recife, os jovens recebem em média R\$ 318,00, menos que o salário mínimo, que é um acinte. Em São Paulo, a média é de R\$ 560,00, menos de dois salários mínimos. Eis aí a condição de trabalho que é oferecida à juventude: trabalho precário, salário de fome e jornada mutiladora.

4. O programa governamental "Meu Primeiro Emprego", que tinha como meta a criação de 260 mil postos de trabalho anuais, em três anos só abriu 3.936 postos de trabalho. Sem dizer que esses empregos eram criados por meio de subsídios estatais às empresas. O assistencialismo do Bolsa Família (que só atende até os 15 anos e para ter acesso é necessá-

rio comprovar a situação de pobreza absoluta, porque a renda mensal *per capita* tem de ser de até R\$ 120,00) exclui a juventude que precisa de escola e trabalho. Muitos jovens são incluídos porque possuem irmãos menores. Os programas *Projovem* e *Escola de Fábrica* abarcam um número ínfimo de jovens e a bolsa mal dá para o transporte. No estado de São Paulo, os programas "Jovens Acolhedores" e "Escola da Família" se limitam aos estudantes que freqüentam universidades privadas. Na verdade, são subsídios à rede particular de ensino para reduzir a inadimplência e a ociosidade. Nada têm a ver com emprego e com a criação de postos de trabalho. Diante das condições de pauperização da maioria da juventude, criam-se ilusões de que se trata de "inclusão no mundo do trabalho". Uma parcela pequena dos 35 milhões de jovens brasileiros alcança tais programas assistenciais. A maioria permanece alijada da educação e do trabalho.

5. Os programas e diretrizes educacionais que preservam a exploração do trabalho estão em oposição aos interesses de classe da maioria explorada. O assistencialismo do governo, em particular o Bolsa Família pela sua extensão, se mostra débil frente à miséria de milhões de brasileiros, que não vêem outra saída senão pegar o escasso dinheiro do governo e manter as crianças/jovens nas formas de trabalho mais mutiladoras. Na base da exploração da juventude está a superexploração de crianças. Os dados dos três últimos anos indicam o crescimento do trabalho infantil, mutilador das capacidades físicas e intelectuais de mais de três milhões de crianças. O vínculo da escola com o trabalho produtivo, obedecendo severas medidas de proteção da criança e da juventude, é uma reivindicação oposta aos interesses de classe da presente educação. Por isso, desmascarar o domínio da burguesia sobre a educação, denunciar as contradições do capitalismo é trabalhar para pôr em pé uma sociedade sem exploradores e explorados. A juventude tem um papel importante nessa luta, que é de classe contra classe.

6. Da mesma forma que cresce o número de jovens desempregados, aumenta-se o número dos que estão fora da

escola. A pesquisa revela que, nas regiões metropolitanas, mais de 21,4% nem estudam e nem trabalham. Não há escolas e muito menos emprego para todos. Entre aqueles que concluíram os cursos universitários, 53% trabalham em setores que nada têm a ver com a formação. O número de matrículas no ensino médio é irrisório, pouco mais de 9 milhões. O ensino é memorístico e desvinculado das necessidades da juventude. Só uma minoria alcança o grau superior, 10,4% da população entre 18 a 24 anos (a quase totalidade é das classes média e alta). O ensino é seletivo, o que impede o acesso aos graus mais elevados. Nesses dez anos de aplicação das medidas neoliberais na educação, houve a expansão da rede privada superior (hoje são 1.789 privadas e somente 224 instituições públicas). E fechamento de escolas/salas de aula, atingindo a juventude da periferia das grandes cidades que não encontra vagas nas regiões onde moram. Combinar o estudo com o trabalho é quase impossível (jornadas longas, distância que separa a escola do emprego, salas superlotadas etc). A evasão escolar é muito grande nessa faixa etária. Não por acaso, a distorção idade/série é de 43%, o que significa que quase metade dos alunos está fora da série correspondente à idade. A modalidade de ensino que mais cresceu, no último período, foi a suplência. O governo reduz o tempo de permanência do aluno, ganha com a redução de gastos e aumenta os índices formais de alfabetização e escolaridade da população, sem contudo desenvolver a capacidade de conhecimento. A combinação entre estudos e trabalho, necessária para o desenvolvimento físico e mental, é uma reivindicação dos jovens, mas que não pode ser concedida pelo Estado nos marcos do sistema capitalista.

7. Há dez anos, o governo brasileiro aceitou as diretrizes educacionais do Banco Mundial. Com o nome de "Plano Decenal de Educação", centrado no objetivo de eliminar o analfabetismo, universalizar o ensino fundamental e expandir os demais níveis, foi imposta uma reforma privatista na educação. Coube ao Estado a responsabilidade de sustentar o ensino fundamental, por meio da política de fundos (Fundef-Fundeb) muito aquém das necessidades reais. O baixo custo educacional e os incentivos à mer-

cantilização caminharam juntos. Os resultados foram violentos para os educadores, que foram submetidos ao arrocho salarial, eliminação de direitos dos planos de carreira e aumento da exploração do trabalho. Para os alunos, um ensino ruim, onde boa parte sai do mesmo jeito do que entrou. Os crescentes índices de analfabetos funcionais testemunham o fracasso escolar. Recentemente, o relatório do FMI/Banco Mundial, que inclui uma avaliação dos planos educacionais, diz que de todos os países analisados, o Brasil teve a pior avaliação. Os governantes brasileiros se submeteram ao receituário do Banco Mundial e, depois de uma década, este diz que a educação é tão deficiente que não capacita os alunos na execução de operações elementares. Desvinculam-se as diretrizes educacionais das orientações gerais, que exigiam o superávit primário de cerca de 4,5% do PIB para cumprir os acordos de pagamento da dívida externa. Parte dos recursos destinados à educação (que são débeis) foram desviados para compor o superávit fiscal. A reforma educacional do Banco Mundial - que assentou na descentralização (municipalização), na manutenção de baixos índices de investimentos estatais (4% do PIB) e na mercantilização do ensino - na realidade, reforçou a decomposição da educação em todos os seus aspectos.

8. Na sociedade em que vivemos, a educação é atingida pelas contradições de um sistema econômico que se desagraja. O que vemos é o rebaixamento geral do nível cultural das escolas, a impossibilidade de uma escola formadora de mão-de-obra para a maioria da juventude, uma educação separada da produção social, um ensino repetitivo, fragmentado, seletivo e anticientífico. Para os filhos de famílias pobres, a educação não pode ser prioridade, desde cedo estão obrigados a se submeter à exploração capitalista. O decreto do salário mínimo de R\$ 350,00 e o desemprego atuam decompondo as famílias oprimidas e alijando parcelas de crianças e jovens dos estudos. O acesso e a permanência à escola estão relacionados às condições de existência dos filhos dos trabalhadores. O ensino desvinculado da produção social é desestimulante para os alunos e professores, resultando em indisciplina e autoritarismo. As ten-

tativas de reformas educacionais que comparecem como soluções à desagregação, como esta que estamos atravessando, acabam responsabilizando os jovens, alunos e professores pelo fracasso. Sob a máscara da escola de qualidade, cidadã, inclusiva, crítica e outros adereços, os governos seguem as diretrizes e os interesses da classe que procura cada vez mais fazer da educação mais um de seus negócios rendosos.

9. A luta pela vinculação dos estudos com a produção social, por meio da bandeira de 4 horas na produção e o restante na escola, é um passo importante no combate à exploração dos jovens e à exclusão imposta à maioria oprimida do acesso à educação. Para que haja emprego a todos jovens é necessário defender a escala móvel das horas de trabalho. A defesa da estatização de todos os níveis de ensino é essencial no combate à privatização e aos lucros dos capitalistas do ensino. A escola única, gratuita, laica e vinculada à produção social unifica os explorados contra os planos destruidores do ensino e do trabalho. Trata-se de uma reivindicação do presente, mas que a classe burguesa e seus governos não poderão implantar. A classe dominante pôs em prática inúmeras reformas educacionais e planos de incorporação de jovens ao trabalho, mas estão sempre fadados ao fracasso porque não podem tocar na raiz do problema, que é o sistema de exploração do trabalho. Por isso, o vínculo da escola com a produção social está em choque com a propriedade privada dos meios de produção e, por isso, só pode ser implantada por meio da luta de classe e da conquista da propriedade coletiva dos meios de produção.

10. As reivindicações da juventude são parte do programa da classe operária, que tem como estratégia a destruição do capitalismo. A força da juventude está na ação coletiva, que virá pelo programa do partido revolucionário. Isoladamente, os jovens são arrastados pela política burguesa, pela violência marginal ou pelo pacifismo das Igrejas. Tudo com um único propósito: a manutenção da sociedade classe. Não há outra via de defesa da juventude senão se colocar pela construção do partido revolucionário. O programa é o da emancipação de todos os explorados pela via da transformação da sociedade capitalista em socialista.

Defender a universidade pública e a autonomia!

Há algumas semanas, tem sido organizada na USP um movimento contra a intervenção das administrações sobre os espaços estudantis e contra a repressão a estudantes que se rebelaram contra essa ingerência. A intervenção sobre os espaços segue a orientação privatista de tornar as xerox e lanchonetes em instrumentos de arrecadação para a burocracia que administra das unidades, e a proibição de festas serve ao projeto de torná-las fonte de renda para a reitoria, através do aluguel do Cepeusp. A repressão desencadeada contra estudantes é parte da ação da burocracia para aplicar suas metas privatizantes.

Essas atitudes da burocracia não são atos isolados. A camada de professores titulares que dirige a universidade atua para desenvolver a política privatista: o fechamento do campus à população serve para proteger a área utilizada pelas academias privadas nos finais de semana; as câmeras de vigilância servem como fachada para atrair os estudantes abastados que vêm aos cursos pagos de pós-graduação e sentem-se mais seguros para andar com seus carros importados e seus laptops; a entrada da polícia serve a esse mesmo propósito, juntamente ao da repressão aos movimentos e à liberdade de manifestação e expressão; o sucateamento da assistência estudantil e a redução do transporte público gratuito e pago expulsam a pequena camada de estudantes empobrecidos da universidade dita pública; sucateiam-se os prédios dos cursos que se recusam a pôr em prática a política de financiamento privado (fundações); o favorecimento da repressão à rádio livre no prédio da História atende as exigências dos grandes meios de comunicação.

Há tempos a política privatista progride sem resistência das direções do movimento estudantil, em geral mais preocupadas com o crescimento eleitoral de seus candidatos. Agora, porém, como se diz, a "água bateu na bunda": os instrumentos de arrecadação de recursos dos CAs estão sendo atacados. As correntes que dirigem os CAs sentiram ameaçada a base financeira de sustento do aparelho. Muitos estudantes olham para o conflito entre a burocracia universitária e as direções dos CAs com desconfiança, pois os espaços dos CAs não têm sido utilizados como meio de avançar a união e mobilização estudantil pelas reivindicações mais sentidas pelos estudantes. O que se vê em geral é o aparelhamento dos CAs pelas correntes, às costas dos estudantes, para aplicarem suas políticas. É justamente o uso aparelhista dos espaços dos CAs pelas correntes que dá à burocracia o pretexto para seu ataque, através do discurso de que "os estudantes privatizam os espaços", como faz o diretor da FFLCH. A defesa da autonomia dos espaços dos CAs só tem sentido para a maioria se estiver ligada às reivindicações mais sentidas, como parte da luta antiprivatista na universidade.

O movimento estudantil da USP realizou uma manifestação contra a repressão e em defesa da autonomia dos estudantes sobre seus espaços na universidade. A realização do ato foi uma vitória dos estudantes, que para fazê-lo tiveram de contrariar a direção do DCE, que boicotou a passeata desde sua organização.

Mas é preciso impulsionar muito a mobilização, de modo a obter da burocracia universitária o atendimento das reivindicações. O maior problema têm sido as políticas equivocadas que são apresentadas aos estudantes, que não servem para impulsionar a luta.

Em primeiro lugar a política defendida pelo DCE (PSol) e que tem sido em parte seguida também pelo PSTU (Lado B). Qual sua essência? 1) Os espaços devem ser melhor aproveitados, devem ser mais "apresentáveis"; 2) Constituir comissões por curso, para elaborar "projetos" de uso dos espaços, de modo a negociá-los com as administrações das unidades; 3) Agir em unidade com frações da burocracia universitária consideradas "aliadas" do movimento estudantil, contra aquelas consideradas conservadoras. Está aí o caminho para a derrota do movimento e a perda de autonomia sobre os espaços. A conciliação com setores da burocracia só pode resultar em perda de espaço e autonomia dos estudantes.

Outra política equivocada: aquela que afirma que só será possível a autonomia sobre os espaços com a derrubada da burocracia dirigida das unidades e da universidade (que foi apresentada nas assembleias pela LER - Liga Estratégia Revolucionária). É uma posição que condiciona o atendimento de reivindicações bem elementares à conquista de um objetivo muito mais geral e maior, que certamente o movimento estudantil tem de perseguir, mas que precisa acumular forças e organização para isso, através justamente dos embates pelas reivindicações mais elementares, de imediata compreensão dos estudantes, de modo a que, pela própria experiência, perceberão a necessidade da conquista do poder na universidade (e pelos explorados na própria sociedade) para a satisfação integral de suas demandas. Antes de destruir a burocracia, o movimento avançará pelo caminho das lutas mais imediatas e irá impondo derrotas parciais aos dirigentes da universidade burguesa. Colocar essa tarefa na frente da resolução do problema mais imediato é bloquear a possibilidade de ação massiva imediata dos estudantes. Outra idéia defendida por essa corrente foi a de que o uso dos espaços seja definido numa estatuinte da USP, com participação de professores, estudantes e funcionários. Uma proposta claramente oposta à autonomia dos estudantes sobre os espaços de suas organizações. Assim como o seria propor que estudantes e professores dessem palpite sobre o uso do espaço do sindicato de funcionários. Pior ainda, a proposta de es-

tatutinte, ou seja, de um processo de discussão do estatuto no marco das instâncias burocráticas da universidade, não corresponde à de controle da universidade pelos que nela estudam e trabalham. O meio para derrotar a burocracia universitária autoritária é a Assembléia Universitária Soberana (estudantes, professores e funcionários).

Mais um erro: apostar na mobilização por si só, sem defender bandeiras e reivindicações claras (como vemos na postura da NN - Negação da Negação). Não basta chamar, aos gritos, os estudantes para as ruas. É preciso fazê-lo a partir das reivindicações mais sentidas. São as reivindicações comuns que unem os estudantes na mobilização. É preciso traçar objetivos claros para o movimento, que muitas vezes passam por conquistas elementares. Por exemplo: na atual situação, tem de ser fixado como meta o compromisso das administrações, por escrito e na prática, de autonomia sobre os espaços estudantis. É um grave erro conchamar "nenhum acordo". Assim como é um erro buscar o acordo sem luta, conciliando com a burocracia.

Finalmente, o movimento pode avançar se estiver fundamentado nas reivindicações mais sentidas, na sua ligação com a luta antiprivatista, na sua construção a partir dos métodos de luta corretos (ação direta, coletiva, mobilização, enfrentamento com a burocracia universitária), na sua organização democrática.

Apesar das resoluções em favor da mobilização terem sido aprovadas na Assembléia dos Estudantes da USP, falta colocá-las em prática, e isso tem que ser feito através da organização direta dos estudantes através de organismos como Comitês e Comissões que devem ser tirados em suas assembleias, já que como demonstramos as principais direções de entidades estudantis da USP têm encaminhado políticas incapazes de responder ao problema da privatização e do ataque aos espaços estudantis.

A mobilização é a chave para defender os interesses dos estudantes e ao mesmo tempo defender que suas organizações sejam instrumentos de luta pelos seus interesses. A luta pode transformar os CAs e DCE nesses instrumentos, e isso sim modificaria a visão que a maioria tem dos CAs como meros espaços de comércio de xerox, lanchonete, e "outras coisas", além de festas.

A luta antiprivatista é o caminho para expressar as necessidades mais sentidas pelos estudantes. Essa luta expressa concretamente a defesa da universidade pública e gratuita para todos. Ou seja, que nela possam ingressar os trabalhadores, e, derrubando a burocracia serviçal da burguesia e constituindo o poder dos que estudam e trabalham, transformar profundamente a universidade. É por aí que a luta estudantil pode se ligar à da classe operária pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Teses metalúrgicas contra a flexibilização e o desemprego

1. A indústria automobilística alcançou alto grau de informatização e robotização. Toda ela se acha sob a forma de monopólio. Atua no mundo inteiro como multinacional. A alta capacidade produtiva levou à crise de superprodução: pode produzir mais do que se pode consumir. De forma que a concorrência no setor se tornou acirrada. As marcas mais frágeis foram absorvidas e aumentou a concentração monopolista. Não faltaram tentativas de associações e de acordos para amenizar a disputa de mercado. Mas não resolveu a crise do ramo automotivo. Crise que recaiu sobre os operários metalúrgicos e se espalhou para toda classe operária, na forma de desemprego e rebaixamento salarial.

2. Os planos de flexibilização do trabalho foram e estão sendo largamente aplicados na indústria automobilística. No fundamental, conduzem ao aumento da exploração e do acúmulo de capital. O trabalho social (coletivo) torna-se mais produtivo com o uso intensivo das máquinas informatizadas. Em menos tempo, os trabalhadores produzem mais. Mas os salários não se elevam, via de regra são rebaixados. O tempo necessário para reproduzir a força de trabalho diminuiu. Os capitalistas desse setor não podem sustentar o padrão salarial do passado. Padrão que deu aos metalúrgicos melhores condições que as do restante da classe operária. Não há mais necessidade de qualificação especializada. A robotização eliminou uma série de operações que exigiam determinada formação.

3. As demissões em massa tornaram-se uma necessidade para as multinacionais e um horror para os metalúrgicos. As máquinas cada vez mais robotizadas e integradas substituem parte significativa da força de trabalho. Basta que uma montadora introduza nova tecnologia ou que a aperfeiçoe, podendo produzir mais em menos tempo e com menos operária, para que todas as concorrentes façam o mesmo. Ocorre um abalo na cadeia produtiva automobilística e que afeta o conjunto da economia, principalmente nos países em que seu peso econômico é grande, como no caso do Brasil. Temos a redução crescente e constante do número de metalúrgicos por planta, principalmente a partir de fins de

1980.

4. A crise de superprodução, a disputa de mercados globais e a necessidade de proteção à lucratividade são um fenômeno internacional. É preciso também entender que não se trata de uma crise particular, apesar de ter particularidades em sua dinâmica. Fazem parte da economia capitalista como um todo, que padece de profundas contradições. As forças produtivas (força de trabalho e meios de produção) chegaram a uma capacidade elevadíssima, potencializadas em grande escala pela tecnologia. Mas as forças produtivas superdesenvolvidas não podem ser realizadas plenamente sob a forma da propriedade monopolista (multinacional), da ultra-exploração do trabalho e do protecionismo imposto pelas fronteiras nacionais. Estão em choque frontal com as relações capitalistas de produção. Essa lei geral do capitalismo condiciona, em última instância, o funcionamento da indústria automobilística e as decisões de suas matrizes.

5. A manifestação da crise vai da matriz às filiais. Não se trata de casos isolados. A concorrência entre os monopólios coloca em atraso uns perante os outros. A indústria japonesa tomou a frente nas inovações tecnológicas, aperfeiçoou os métodos de exploração de trabalho e vem obrigando as concorrentes alemã, norte-americana e francesa a se adaptarem, atacando as conquistas do operariado. As montadoras transferem parte de sua produção para países em que a força de trabalho é mais barata e os governos oferecem vantagens (fiscais, empréstimos, juros subsidiados, doações). E forçam o rebaixamento salarial e redução do número de operários nas matrizes e nas suas tradicionais filiais. Tornaram-se comuns ameaças de transferência e fechamento de fábricas, voltadas a impor aos trabalhadores acordos lesivos.

6. Nos últimos anos, no Brasil, sob o governo de FHC, a reserva de mercado às montadoras norte-americana, alemã e italiana foi aberta às francesa e japonesa. Praticamente, todas as grandes estão sediadas no País, concorrem no mercado interno e exportam em valores suficientes para influenciar a balança comercial. Detêm uma importante fatia do Produto Interno Bruto (PIB). Passaram da concentração re-

gional à descentralização. Governos estaduais serviram aos interesses das multinacionais, oferecendo-lhes incentivos para abrir novas plantas como transferir as já existentes. O grande capital imperialista influenciou os governos federal e estaduais a permitirem e incentivarem o que foi denominado "guerra fiscal" - uns oferecendo mais vantagens que os outros, correndo solta a corrupção.

7. O mais importante para as multinacionais, no entanto, foi utilização da mão de obra mais barata. A Fiat já havia conseguido esse feito com sua fábrica em Minas Gerais. Ao se generalizar, as montadoras do estado de São Paulo, pioneiras na implantação da indústria automobilística, e que tinham um padrão salarial vindo do passado, passaram a exigir dos operários a concessão de quebra de direitos. Alegaram e alegam que os salários são mais altos que em outros estados e que o número de operários está muito acima das necessidades. As ameaças de transferência ganharam proporção de crise. Metalúrgicos da Ford desencadearam greve contra tais ameaças e demissões. Mas resultou em aplicação da flexibilização e demissões. O mesmo se passou com a Volks e GM. A ameaça de fechamento de fábrica foi o recurso mais contundente, como fez recentemente a Volks. Os planos de destruição de direitos trabalhistas e as demissões em massa são aplicados com mais e mais violência contra os assalariados.

8. Os metalúrgicos do ABC se desmontaram como a mais avançada e poderosa força social do país, em fins dos anos 70 e começo de 80. As greves nesse cinturão industrial marcaram o fim da ditadura militar e a recuperação dos sindicatos para a luta, incluindo a formação da CUT. Os metalúrgicos do ABC mostraram para o conjunto dos explorados o método da ação direta, marcado por gigantescas assembleias na Vila Euclides e por combativas manifestações coletivas. Entretanto, não demorou em que a direção sindical, montada por Lula, se burocratizasse. Assim, nos últimos anos, as imposições dos planos de flexibilização, a introdução da terceirização que ganhou enorme espaço, seguida pelo conjunto da indústria, comércio etc, e as demissões em massa pelas multinacio-

nais ocorreram sem resistência à altura. O ramo metalúrgico foi reduzindo, nos vinte e seis anos, mais e mais a mão de obra e piorando as condições de trabalho dos operários, para isso contando com a conivência, também crescente, das direções sindicais. A colaboração do sindicato foi decisiva para o patronato reorganizar a produção segundo a necessidade de aumentar a exploração do trabalho e de acumular capital.

9. A fundação e a construção do PT são parte desse processo. Os metalúrgicos do ABC constituíram a base social inicial para o sindicalismo cutista e para o petismo. O PT serviu para fortalecer a burocracia do sindicato metalúrgico do ABC e para aglutinar político-ideologicamente uma vasta fração da burocracia (uma outra fração está com a Força Sindical, que depende diretamente de partidos orgânicos da burguesia). A partir do PT e da CUT – vinculados internacionalmente à socialdemocracia – o sindicalismo colaboracionista ganhou um conteúdo programático. Considerou-se inevitável a “reestruturação produtiva” do capitalismo. Os sindicatos já não deveriam lançar mão da luta de classe: as greves deveriam ser evitadas a todo custo. No processo de reestruturação, cabia aos trabalhadores limitar a violência dos planos por meio de acordos e obter vantagens aos demitidos. Aceitaram-se os Pedidos de Demissões Voluntárias (PDVs), a flexibilização (bancos de horas, redução salarial), a terceirização e as perdas de direitos trabalhistas. As campanhas salariais foram desativadas, por serem consideradas prejudiciais às relações trabalhistas, que quer dizer prejudiciais aos interesses dos capitalistas e à política de colaboração de classe.

10. Intelectuais e burocratas sindicais petistas estabeleceram uma divisão de trabalho entre CUT e PT. Os sindicatos deveriam ser reorientados para reivindicar “políticas públicas” e “cidadania” perante o Estado (Congresso e governos). E o PT seria o instrumento político para levar adiante essas reivindicações. A CUT conduziu, às últimas conseqüências, os sindicatos a se submeterem à política eleitoral do PT e ao caudilhismo de Lula. A luta de classe passou a ser perigosos e prejudicial para os objetivos políticos do PT. Era necessário ganhar a confiança da classe capitalista nacional e internacional. Somente assim poderia ser admitida sua che-

gada ao poder do Estado e possibilitada a sua governabilidade. O custo de ações continuadas dos sindicatos, e particularmente do sindicato metalúrgico do ABC, foi o de ajudar os capitalistas a imporem aos operários os planos de flexibilização e de demissões. CUT e sindicatos passaram a ser instrumentos do eleitoralismo petista, do reformismo pró-capitalista, da mentira e das manobras sindicais contra as reivindicações e as lutas operárias. Nas recentes demissões na Volks, CUT, sindicato e governo petistas se mostraram capachos da multinacional alemã.

11. A burocracia sindical e o petismo eleitoral se opõem abertamente às reivindicações mais elementares dos explorados e à luta direta das massas contra os exploradores capitalistas. A posição contrária ao combate pelas necessidades dos trabalhadores e sua substituição pela defesa de políticas públicas inutilizam os sindicatos como instrumento das decisões e ações coletivas. O sindicato metalúrgico do ABC deixou de ser força das assembleias gerais, como as de Vila Euclides. As assembleias de fábricas são manipuladas, somente a burocracia fala, e apenas servem para expressar o terrorismo patronal das listas de demissões. A burocracia reforça a concorrência entre os próprios operários, distinguindo os que serão demitidos pelo acordo e os que permanecerão por mais algum tempo. A coesão de classe dos trabalhadores, tão necessária para a luta, é violentamente bloqueada pelas manobras e pela repressão à democracia operária. Está claro que as Montadoras agem de comum acordo para demitir e aumentar seus lucros. E também está claro que o desemprego atinge milhões e em todos os ramos da produção. Somente um amplo e generalizado movimento dos explorados poderá combater o flagelo das demissões e do desemprego. Nenhuma fábrica isolada, nenhum setor isolado tem condições de enfrentar a lei econômica do capitalismo, que é a de substituir constantemente parte da força de trabalho pela máquina modernizada, a de descarregar a crise concorrencial sobre os operários e a de aumentar a lucratividade. A política da burocracia é de justamente impedir que os sindicatos sejam meio de união e coesão da classe operária em torno de um programa classista.

12. A defesa do programa e a aplicação da política classista são nossas armas para organizar a classe operária e combater a

política patronal das direções burocratizadas. Frente às demissões e aos “acordos” de flexibilização, a resposta operária é não. Frente aos PDVs, a resposta é não. Frente à posição de negociar um PDV mais elevado do que o proposto pelas negociações entre a burocracia e o patronato, a resposta é não. As experiências dos conflitos ocorridos na Volks nos dizem que essas respostas são básicas para a política classista. Uma oposição que negocia PDV melhor não cumpre seu dever revolucionário de combater em toda linha as demissões e o desemprego. A política de amenizar a situação de uma parcela dos oprimidos enquanto outra come o pão que o diabo amassou é reformista, burguesa e contra-revolucionária. A luta contra o ataque patronal ao emprego em uma fábrica não faz senão expressar o que ocorre diariamente no conjunto das fábricas e outros estabelecimentos de trabalho. A tendência do capitalismo dessa última fase monopolista – por isso, fase de decomposição – é de aumentar constantemente o exército de desempregado e tornar a grande maioria em desempregado crônico. O fenômeno das atividades informais (bicos, emprego informal, temporário) corresponde a essa lei, que resulta em crescente miséria da maioria. O programa classista responde às leis da exploração capitalista e miséria das massas e desenvolve a luta de classe.

13. As situações de demissão em massa, de ameaça de fechamento de fábrica (ou fechamento) e de aplicação de medidas capitalista na produção (novas máquinas, maior produtividade, flexibilização) são favoráveis à luta revolucionária. Permitem colocar para a classe operária o programa classista, explicá-lo à luz da experiência, destacar as principais reivindicações na luta e combater as posições pró-burguesas. A burocracia se vê obrigada a tirar a máscara de dirigentes operários e mostrar o rosto de prepostos patronais no sindicato. A oposição, por sua vez, é testada em sua firmeza programática, em seu trabalho no seio do movimento e em sua tática de enfrentamento das manobras do patronato e da burocracia. A ala oposicionista que passa a defender um acordo melhor para os demitidos mostra seu distanciamento do programa classista de combate frontal às demissões. Ao contrário, as contradições econômicas e de classe exigem da vanguarda e dos operários contrapor as bandeiras classistas aos mecanismos capitalistas de

exploração e opressão, como é o caso dos PDVs, flexibilização, terceirização, autovisão etc. As reivindicações e soluções para o desemprego fazem parte do programa operário de luta contra a classe burguesa e pela destruição do capitalismo. Respondem, portanto, aos interesses e necessidades gerais da classe operária e dos demais explorados.

14. A bandeira proletária contra as demissões e o desemprego é a escala móvel das horas de trabalho. Trata-se de uma resposta geral. Por isso mesmo, exige que a luta em uma fábrica se estenda para o conjunto. Na greve da Volks, esteve colocada a reivindicação de nenhuma demissão e escala móvel das horas de trabalho. A multi-

nacional alegou que o custo da mão de obra na planta de São Bernardo é mais alto que nas demais montadoras. Nossa resposta: vinculamos à escala móvel a elevação salarial em todas as plantas, salário nacional não inferior ao maior salário, fim da terceirização, contratação de todos terceirizados, redução imediata da jornada de trabalho em todas montadoras e escala móvel das horas de trabalho. Aplicação do controle operário da produção para combater o desemprego e organizar o trabalho em contraposição à exploração capitalista e à propriedade privada dos meios de trabalho. É resposta também para os planos de transferência de fábrica, para o apoio governamental às multinacionais destinado a

assegurar seus lucros e para a automatização. A Volks ameaçou fechar a montadora. Resposta operária: estatização por meio da expropriação sem indenização. Assim como a escala móvel das horas de trabalho e controle operário coletivo da produção, a bandeira de expropriação da multinacional implica lançá-la como tarefa para o conjunto dos explorados. Coloca a necessidade de ampliar a luta para o conjunto dos metalúrgicos e para o conjunto da classe operária. É por meio do programa classista, das assembleias unificadas, das greves, das ocupações e das manifestações de massa que os metalúrgicos enfrentarão os ataques dos capitalistas e assumirão a liderança das lutas da maioria oprimida.

Racistas fazem campanha contra cotas

Os grupos pró-nazismo Poder Branco (White Power) e Skinhead usam a questão das cotas para negros e índios nas universidades como motivo para propagar o ódio racista. Em seus cartazes dizem: *"Vestibulando branco, hoje eles roubam sua vaga nas universidades públicas. Se você não agir agora, quem nos garante que eles não roubarão vagas nos concursos públicos."*

Em seu site White Power, explicam que o futuro das crianças brancas corre risco. São afirmações ridículas, mas que refletem a opressão sobre os negros pobres do país, mais ou menos disfarçada pela burguesia branca e assimilada por uma parcela da classe média.

A ultradireita fascista corrobora para demonstrar a discriminação e o ódio racial. Os três White Power/Skinhead presos quando pregavam cartazes não passam de pobretões que não conseguem ver de onde vêm suas condições de autônomo, vendedor e assalariado e de onde vêm "suas" idéias fascistas. Estão a serviço da mentalidade reacionária de uma camada da classe média, que ecoa a decomposição da sociedade de classe (desemprego em massa, salários de fome, exclusão educacional da maioria, expansão do narcotráfico, marginalidade juvenil, manutenção nos bairros pobres, favelas, cortiços etc.).

Temos insistido que o racismo é próprio da existência das classes sociais, ou seja, do domínio burguês sobre a maioria oprimida. O nazismo e o fascismo, identificados com Hitler e Franco, são variantes da ideologia burguesa de

opressão sobre os trabalhadores, que arrastam a pequena burguesia golpeada pela desintegração do capitalismo e pelo temor de seu futuro.

Os dizeres do cartaz racista indicam que os negros tirarão o emprego dos brancos e que ocuparão seus lugares nas universidades, por isso a raça branca e seus filhos correm perigo. Lembremos que os racistas europeus fazem as mesmas acusações aos imigrantes africanos e asiáticos. Mas, como dissemos, trata-se de uma explicação ridícula, absurda, não tem a ver com a realidade. O capitalismo desemprega brancos e negros, impõe-lhes a fome independente da cor. Milhões de trabalhadores brancos e seus filhos vivem na mais absoluta miséria.

As massas trabalhadoras negras sofrem a opressão econômica acrescida da opressão racial. Essa dupla opressão tem suas raízes na exploração do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção e no domínio da minoria burguesa branca sobre a grande maioria de trabalhadores negros e brancos.

Os nazi-fascistas constituem pequenos grupos – ainda marginais na vida social e na política – mas poderão se fortalecer caso a população trabalhadora e a juventude não respondam. Os trabalhadores e a juventude têm o dever de se mobilizar contra toda forma de opressão de classe e racial. Sabemos que a odiosa discriminação se manifesta em todos os espaços da sociedade. Os nazi-fascistas não atacam apenas os negros, mas também judeus, nordestinos etc. É uma marca

desses grupos o anti-semitismo. Não faltam exemplos também nesse sentido. A violência física contra trabalhadores nordestinos marca a história dos Skinhead em São Paulo.

O racismo tem se manifestado com insistência nos países da Europa. Os imigrantes são considerados responsáveis pela crise social, pelo desemprego e pela marginalidade. Evidencia-se também o fundo econômico e de classe do racismo e das discriminações sociais nas fronteiras das potências. O Congresso norte-americano acaba de aprovar a construção de um muro de mais de mil quilômetros na fronteira dos EUA com o México. Não por acaso cresce o movimento de milhões de migrantes nos EUA. E na França a rebelião da juventude imigrante denuncia a miséria, o desemprego e a discriminação.

Os recentes acontecimentos, ocorridos em São Paulo, fazem parte dessa realidade maior. Não podemos tomá-los apenas como um episódio, um fato policial e um furo jornalístico. Não será com processos policiais que enfrentaremos o racismo, mas sim com os meios e os métodos do movimento social.

O programa socialista da classe operária responde à eliminação integral do racismo e toda forma de discriminação. A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva (comunista) e o fim das classes sociais constituem as condições históricas para enterrar os ódios sociais, raciais e nacionais.

Teses da Corrente Proletária dos Metalúrgicos ao encontro da Oposição Chapa 2

1. Desde sua origem, a classe operária sempre utilizou a greve, a ação direta, como única forma de defender suas reivindicações e lutar contra a exploração capitalista. No Brasil, os metalúrgicos do ABC tornaram-se referência de luta para todos os trabalhadores do país, devido às grandes greves que realizaram em defesa de seus empregos, salários e direitos. Foi através destas lutas que os trabalhadores impuseram aos patrões e seus governos uma série de conquistas, como a redução da jornada para oito horas, 13^o salário, férias, licença maternidade e vários outros direitos.

2. A história dos metalúrgicos do ABC divide-se em dois períodos distintos: um, de luta e de conquistas; e outro, sem lutas e com perdas de direitos. No período de conquistas, que vai até a década de oitenta, as greves aconteciam de forma unificada. A direção do sindicato convocava assembleia geral de todos os metalúrgicos do ABC na Vila Euclides, Paço Municipal e unificava os trabalhadores nas campanhas salariais, contra as demissões etc. A partir da década de noventa, os trabalhadores começaram a perder todos os direitos antes conquistados. Isso porque a direção do sindicato abandonou totalmente o método de luta da classe operária que são as greves, a ação direta, as assembleias unificadas e adotou a política de conciliação de classe, parceria com os patrões, que, na prática significa acordos de demissão e flexibilização de direitos.

3. A direção do sindicato dividiu os metalúrgicos do ABC em vários grupos: Montadoras, Autopeças, Fundição, Grupos 9, 10 etc. As lutas, que antes aconteciam de forma unificada, hoje, praticamente não existem, e, quando acontecem, são isoladas. As campanhas salariais e a resposta contra as demissões são um bom exemplo disso. Não existe mais uma pauta de reivindicação única para todos os metalúrgicos. Agora, a direção faz plenária com os grupos separadamente, não define uma pauta (índice) a ser reivindicada dos patrões e negocia com os grupos separadamente. Sempre que uma fábrica anuncia um plano de demissão, logo a burocracia aparece para negociar com os patrões um acordo que lhes permite demitir e retirar direitos. Tudo isso, claro, para evitar qualquer conflito entre explorados e exploradores.

4. A direção do sindicato transformou-se numa correia de transmissão dos interesses da burguesia e seu Estado contra a vida das massas. A burocracia sindical da CUT nunca fez uma luta conseqüente, nunca fez uma oposição classista às reformas neoliberais e antitrabalhadoras que vêm sendo aplicadas desde o governo Collor. Sempre que organizava algum ato ou manifestação contra o ataque desses governos, tinham como objetivo apenas desgastar eleitoralmente o governo de plantão e ajudar na eleição de Lula. Com a chegada de Lula ao poder do Estado Burguês, a burocracia sindical que dirige a CUT aprofundou sua política de conciliação e atrelou totalmente o sindicato ao Estado. Com o apoio dos sindicatos e da CUT, o governo Lula conseguiu impor sem nenhuma resistência as reformas da previdência, tributária, universitária, judiciária e já prepara novo ataque com a reforma trabalhista e sindical, todas impostas pelo imperialismo.

5. Há muitos anos, a Volkswagen vem contando com o apoio da direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC para impor seu plano de reestruturação. Através de sucessivos acordos feitos com a burocracia sindical, a Volks têm conseguido reduzir o número de trabalhadores, reduzir salários e aumentar sua produtividade. Os acordos de flexibilização de direitos, como Banco de Horas, redu-

ção da jornada com redução de salários, contratos temporários etc., todos são mecanismos que a multinacional utiliza para reduzir seus custos e aumentar sua lucratividade. Diante da crise mundial do sistema capitalista, a matriz da Volks dita as ordens para as filiais no Brasil. Estas, com apoio da direção do sindicato, têm conseguido ano a ano reduzir seus custos, através dos acordos de demissão e flexibilização de direitos.

6. Em 2001, a Volks anunciou 3 mil demissões, terceirização, redução de salários etc. O então presidente do sindicato, Luiz Marinho, disse em assembleia que não aceitaria nenhuma demissão. Convocou uma assembleia, decretou uma greve e anunciou a ida à Alemanha. Os trabalhadores ocuparam a fábrica e, em seguida, a direção do sindicato defendeu a desocupação, pois, segundo Marinho, era uma "ocupação pacífica". Tratava-se de uma greve puramente simbólica até a chegada das negociações da Alemanha. Portanto, bloqueou a ocupação da fábrica. Na Alemanha nada mudou. A multinacional manteve sua proposta de demissão. O que houve foi uma concordância na forma de executar o plano da multinacional. Marinho aceitou o pacote da Volks e, mais grave ainda, concordou em ser o porta voz da empresa para conter os ânimos dos operários aterrorizados com o desemprego. Assim que chegou da Alemanha, o burocrata realizou uma assembleia para suspender a greve de três dias e anunciar o acordo. Depois, mandou os trabalhadores voltarem ao trabalho, inclusive os que tinham sido demitidos. E, por fim, dentro da fábrica fez campanha com o argumento de que era o único acordo possível. Portanto, não dava para lutar. Aconselhou os trabalhadores a consultarem suas famílias e pensarem bem. Com isso, arrancou dos operários o poder de discussão coletivo, que estava expresso na greve, e colocou a decisão para cada indivíduo e sua família. Os mecanismos utilizados pela burocracia sindical mostram o quanto já estavam comprometidos com o ataque da multinacional contra os operários. Como havia um descontentamento dos operários em relação à proposta, o burocrata mentiu dizendo que se tratava de um acordo em que todas as partes cederiam um pouco. Ameaçou que, se o acordo não fosse aceito, a multinacional não abriria mais negociação e que importaria o pacote a despeito do sindicato. Disse também que se houvesse a rejeição não haveria investimento e a Volkswagen demitiria 3 mil trabalhadores. Marinho usou um argumento que foi decisivo na aprovação da proposta da Volks. Ressaltou que o acordo previa a estabilidade por 5 anos. E que nesse período a empresa não poderia demitir em massa. O que era falso. Pois logo 700 trabalhadores seriam demitidos. Com cautela, Luiz Marinho esperou a repercussão da campanha pró-acordo para depois aprová-lo. Tal habilidade expressa a presença da política burguesa no sindicato. Marinho colocou em votação a proposta da seguinte maneira: "Quem é a favor da garantia de emprego e investimentos levante as mãos". O conteúdo dessa formulação falseou o que estava em votação. Ou seja, quem era a favor do acordo de demissão de 700 trabalhadores, redução de 15% nos salários, terceirização e perda de conquistas, levante as mãos.

7. O acordo da Autovisão - novembro de 2003 - comprovou nossa denúncia de que o acordo de 2001 não asseguraria de fato a estabilidade e o emprego até 2006. Afirmamos que, depois do acordo, a multinacional arranjará formas para cumprir sua meta de 3 mil demissões antes anunciadas. Em 2002, a Volks anunciou o plano de

terceirização das alas 21, 5, 3 e outros setores em troca de um novo carro (Tupi). A ala 21, onde se encontrava a maior resistência oposicionista ao acordo, foi totalmente atingida. Frente à resistência isolada da ala 21, que denunciava a terceirização como a via da demissão, a burocracia e a patronal enganaram os trabalhadores dizendo que ninguém perderia o emprego. A burocracia defendeu o acordo dizendo que a terceirização era a condição que a empresa colocava para que a planta da Volks, no ABC, viesse a produzir o modelo Tupi. Contra as manifestações dos operários da ala 21, liderados pela oposição, que viam claramente a destruição dos postos de trabalho por meio da terceirização, fez-se a campanha patronal de que os manifestantes eram contra um novo investimento. A luta da ala 21 contra a terceirização foi isolada pela burocracia, o que possibilitou a aprovação de um acordo de troca da vinda do Tupi pela terceirização de milhares de postos de trabalho em uma assembleia cheia de falsificações, mentiras e manobras, sob o comando do presidente do sindicato, Feijóo. A partir daí, a Volks ficou com as mãos livres para destruir definitivamente milhares de postos de trabalho através do Autovisão.

8. Em 2006, não foi diferente. Em maio, a direção mundial da Volks apresentou seu plano de reestruturação, que incluía 5700 demissões e a retirada de vários direitos nas unidades do Brasil. A direção do sindicato fez assembleia com os trabalhadores e colocou-se contra qualquer acordo que incluísse demissão ou retirada de direitos e que faria uma luta unificada com todas as plantas contra as demissões. Nada disso aconteceu. Tratava-se da mesma manobra utilizada nos acordos anteriores. A burocracia queria apenas encontrar a melhor forma e hora de impor o plano de reestruturação da empresa. Dividir os trabalhadores foi a melhor forma que os pelegos encontraram para impor o plano de reestruturação da Volks. O sindicato de Taubaté negociou separadamente com a Volks e aceitou a demissão de 700 trabalhadores, a redução de salários e direitos. Logo após derrotar os trabalhadores de Taubaté, a Volks apontou o canhão para os trabalhadores da Unidade Anchieta. E, mais uma vez, contou com a ajuda do presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Feijóo, que defendeu e aprovou no dia 14 de agosto, em uma assembleia totalmente dividida, o plano de reestruturação da multinacional. A Volks conseguiu tudo aquilo que desejava, ou seja, demitir 3600 trabalhadores até 2008, implantar uma nova tabela salarial de R\$ 1.030,00 para novos contratados, flexibilizar jornada e salários etc.

9. A trágica experiência dos acordos de demissão e flexibilização de direitos que vêm sendo feitos entre a burocracia sindical, os patrões e seus governos demonstram que é preciso construir uma oposição classista revolucionária no interior dos sindicatos. A burocracia sindical constitui um poderoso obstáculo para os trabalhadores reagirem contra a exploração do trabalho e a destruição de direitos trabalhistas. É preciso varrer dos sindicatos as camarilhas corrompidas na política burguesa. O ponto de partida é organizar uma oposição classista que defenda um programa anticapitalista e antiimperialista, pelo método da ação direta. Só assim, será possível combater a política de conciliação de classe da burocracia, desenvolver os métodos coletivos de luta, restabelecer a democracia sindical, unificar a classe operária e organizar o movimento operário sobre a base de verdadeiros comitês de fábricas independentes e classistas. A eliminação definitiva de milhares de postos de trabalho, o aumento desenfreado do exército de desempregados e subempregados expressam a lei de desenvolvimento e desintegração do sistema capitalista. A renovação tecnológica leva à destruição massiva de postos de trabalho e aumenta a exploração do trabalho. O programa

da oposição deve responder a essa realidade.

10. A oposição classista deve se constituir defendendo as reivindicações elementares do proletariado e combatendo todas as medidas que afetam as condições de sua existência. As reivindicações que de fato defendem a vida da classe operária são incompatíveis com o funcionamento do capitalismo. Temos assistido à burocracia sindical traidora renunciar e negar o combate em defesa dos empregos e salários. A burocracia assumiu os mecanismos de negociação das demissões como os PDVs, e de valor da força de trabalho que não se incorpora aos salários, como as PLRs, abonos, redução de salários e direitos. A experiência demonstra que a burocracia, aliada ao patronato, convence os trabalhadores de que PDVs, PLRs, Banco de horas etc são favoráveis, quando bem negociados. Dizem que tanto podem servir ao patrão como aos trabalhadores. O que não é verdadeiro. Primeiro porque não existe PDV (pedido de demissão voluntária). Antes de abrir o tal "PDV", a empresa manda uma carta de demissão aos trabalhadores. Portanto, ela já indicou aqueles trabalhadores que ela quer que saiam da empresa. E mais, nos acordos que são feitos pela empresa e sindicato, além de determinar o número de trabalhadores que devem aderir ao "PDV", determina também que, caso essa meta não seja atingida, a empresa poderá indicar o restante. Como vimos, não existe demissão voluntária e sim indicada. Os PDVs servem para evitar a luta em defesa do emprego a todos. As PLRs servem para livrar os patrões dos encargos salariais. O banco de horas deixa os trabalhadores nas mãos da empresa, que os convoca para trabalhar quando a produção está em alta e deixa-os em casa quando a produção cai. No decorrer dos anos, a burocracia sindical tem conseguido convencer os trabalhadores de que esses mecanismos são um mal necessário. Desta forma, a burocracia impede que os operários enfrentem os capitalistas com suas reivindicações próprias. A Oposição Classista não pode abrir mão das reivindicações próprias dos operários e não pode participar do jogo das negociações em torno dos mecanismos criados pelos patrões. A Oposição Classista deve se constituir na vanguarda do proletariado e como tal deve desenvolver as reivindicações vitais dos explorados cotidianamente. A luta pela destruição do capitalismo não se separa da luta em defesa do emprego e salário.

11. A Oposição Classista, além de combater todos os mecanismos criados pelos patrões, deve explicar aos operários os fundamentos da exploração do trabalho e levantar as reivindicações próprias dos explorados como:

- Campanhas salariais unificadas, com pauta única para todos os metalúrgicos do ABC.
- Assembleia geral de todos os metalúrgicos do ABC para unificar a luta contra as demissões e em defesa da redução da jornada sem redução de salários.
- Emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão de todas horas produzidas no país entre empregados e desempregados.
- Salário mínimo vital, que seja suficiente para manter uma família e que seja calculado pelas assembleias de trabalhadores.
- Expropriação e estatização de todas as empresas privadas, bancos e multinacionais, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores.

12. O programa da oposição deve partir da necessidade de eliminar as relações capitalistas e transformá-las em relações socialistas de produção. Ou seja, a propriedade privada e monopolista dos meios de produção deverá assumir a forma de propriedade coletiva dos meios de produção. Essa transformação virá por meio da revolução proletária. A construção da Oposição Classista no interior dos sindicatos nada mais é do que a semente da revolução social.

Nesta edição:

- Nacionalização de minas?
- O governo é incapaz de dar uma solução estrutural ao problema dos minérios
- Rebelião popular de Oaxaca
- Afeganistão: Genocídio imperialista

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Nacionalização de minas?

O governo finalmente não lançou sua anunciada “nacionalização” de minas neste 31 de outubro. Disse que estão suspensas porque agora a prioridade é a “nacionalização” dos combustíveis. Limitou-se a lançar o decreto de reativação de Huanuni.

Temos em mãos os “Acordos Sobre o Código de Mineração” elaborado pela Comissão Tripartite formada pelo Ministério de Minas, a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia

(F.S.T.M.B.) e a Federação Nacional das Cooperativas de Mineração da Bolívia (FENCOMIN) onde está estabelecido claramente como se consistirá a suposta “nacionalização” estatização das minas. No inciso “G) SOBRE O NOVO PAPEL da COMIBOL”, lemos:

“A atual legislação em matéria mineira reduz o papel da COMIBOL a serviços de direção e administração de contratos de risco compartilhado, prestação de serviços ou arrendamento, mas sem realizar diretamente atividades de mineração como a prospecção, exploração, comercialização etc. Esta situação tem de ser revertida toda vez que a realidade exige que o Estado intervenha naquelas áreas consideradas estratégicas por serem extrativas de matérias-primas não renováveis, geradora de excedentes e por sua significativa importância na criação de demanda agregada. Isso não implica reproduzir a presença de empresas mineiras públicas ineficientes e politizadas, ao



Evo é incapaz de realizar a nacionalização

contrário, a condição primordial do novo enfoque é que as futuras empresas públicas mineiras sejam administradas sob critérios de competitividade e eficiência.”

“Neste sentido, a estratégia colocada com relação ao papel que desempenhará a COMIBOL se resume nos seguintes acordos”:

“Intervirá de forma competitiva e com eficiência em toda a cadeia produtiva mineira em áreas novas e concessões não comprometidas”. (sublinhados nossos)

“Funcionará como Empresa Autárquica com autonomia de gestão, aplicando sistemas empresariais modernos e eficientes.”

“Respeitará todos os contratos e convênios vigentes de arrendamento, risco compartilhado, etc. que foram subscritos antes do presente acordo, no marco das leis nacionais.”

“Quando os contratos firmados pela COMIBOL, excetuando os contratos com as Sociedades Cooperativas Mineiras, não

puderem continuar no marco contratual pactuado e particularmente quando se produza quebra fraudulenta, imperícia, não cumprimento legalmente comprovado, que atente aos interesses do Estado, a COMIBOL recuperará o centro minero motivo do contrato e tomará a seu cargo a operação da mina executando todas as atividades mineiras da cadeia produtiva...”

“H) SOBRE OS TRIBUTOS MINEIROS”

“A FENCOMIN e a FSTMB com relação a este tema consideram que pode-se

incrementar a pressão tributária sobre as empresas mineradoras sem afetar seu funcionamento toda vez que o fator impositivo tiver um impacto nesta indústria em termos de produção, investimento, empregos diretos/indiretos e impostos fiscais ...”

Este é o mesmo esquema da “nacionalização” dos combustíveis: com relação às garantias para as operações das empresas privadas e melhora das tributações do Estado. A isso se reduz o conceito de nacionalização do M.A.S. As empresas multinacionais que exploram e saqueiam as jazidas minerais mais ricas (San Cristóbal, Inti Raymi, Sinchi Huayra, Mutún etc.), as empresas mineradoras medianas (que na realidade são parte das grandes mineradoras), as mineradoras pequenas e as cooperativadas têm garantida a continuidade de suas operações. Trata-se de outra farsa. Mais uma do M.A.S.

(Extraído do jornal “MASAS” boliviano nº 2015 de 3/11/2006)

O governo é incapaz de dar uma solução estrutural ao problema dos minérios

As declarações de um dos assessores do governo, Eusebio Girona, revela que os cooperativistas tinham a oferta de legitimar em favor deles a exploração do nível 120 (agora em conflito com os mineiros sindicalizados), a promessa de entregar-lhes os níveis 160 e 200 (o controle de 70 % do monte Posokoni). Para a COMIBOL, deixaram somente três níveis (240, 280 e 320). Entretanto, os cooperativistas não estavam dispostos a compartilhar o monte com ninguém; eles queriam o controle total da jazida mais rica de estanho do país.

Dias antes, o governo tornou público o projeto de "potenciar" COMIBOL investindo 500 milhões de dólares para explorar os níveis assinalados. O projeto contemplava o convite a uma empresa norte americana como sócia capitalista, assegurando que mais de 50 % da produção fiquem para o Estado boliviano. Os cooperativistas, conhecedores deste projeto governamental, decidem precipitar a tomada da totalidade do monte Posokoni, alentados pelo ex-ministro Villarroel (cooperativista) e pela ministra do governo (existem rumores no sentido de que também é acionista de uma das cooperativas).

Aquí o importante é descobrir por onde se orienta o governo quando fala de potenciar COMIBOL e a mineração estatizada. Sua lógica não é essencialmente diferente à aplicada por Goni Sánchez e o neoliberalismo, o de "associar-se" com uma poderosa multinacional para que esta ponha o capital e o Estado boliviano as jazidas de recursos naturais. A única variante é que os neoliberais entregam um por cento a mais das ações aos sócios capitalizadores para que acabem administrando a empresa e terminem arrancado mais produção em seu favor. Trata-se de uma diferença de grau e não de essência que, definitivamente, significa a subordinação do país aos interesses do imperialismo; não esquecer a lógica capitalista de que quem coloca dinheiro termina impondo suas condições aos que não têm.

A razão do porquê o gobierno se move de acordo com a lógica que estamos denunciando é a natureza da política que desenvolveu, é sua defesa até a morte de todas as formas de propriedade privada, tanto da pequena (pré-capitalista) como da grande (capitalista). Evo Morales, em todos os fóruns internacionais, tem se esmerado em ju-

rar que o governo boliviano respeitará os investimentos estrangeiros e a grande propriedade privada dos meios de produção, que não se trata de um governo socialista nem muito menos comunista e que o única coisa que busca é um tratamento justo e solidário nas relações econômicas internacionais.

Esta é a razão do porque entregou o Mutún à multinacional hindú em condições' totalmente desfavoráveis para o Estado boliviano e pretende repetir a mesma façanha com Huanuni. As limitações da política burguesa que desenvolve o condena a aplicar uma política entreguista com os governos neoliberais.

Para os trabalhadores potenciar a COMIBOL e a mina estatizada é preciso liquidar com toda forma de propriedade privada nas minas. O Estado deve recuperar todas as jazidas mineiras que estão nas mãos das multinacionais, da mineração privada média e pequena. A COMIBOL deve ser a única empresa estatal que explora as jazidas de minérios rentáveis do país. Semelhante tarefa só poderá materializar-se nas mãos de um governo revolucionário de operários e camponeses.

Rebelião popular de Oaxaca

Durante cinco meses, a população de Oaxaca, sul do México, tomaram literalmente a cidade. A Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) passou a ser o órgão de decisão coletiva do movimento de massa.

Em 22 de maio, os professores estaduais (cerca de 70 mil) entraram em greve. Em junho, a luta grevista estava radicalizada, com os professores ocupando prédios no centro da cidade. A repressão policial agravou o embate. Deu lugar a um movimento mais amplo que a greve, reunido em torno da APPO. Barricadas foram levantadas, as ruas foram bloqueadas e o centro de Oaxaca (capital do estado) passou inteiramente para o controle popular.

O governador Ulisses Ruiz é denunciado pela repressão aos docentes, por não atender as reivindicações, pela corrupção e por ser comparsa de Roberto Madrazo, candidato do PRI nas eleições presidenciais. O movimento de Oaxaca exige a renúncia de Ruiz.

O conflito já tem vários mortos. Grupos paramilitares passaram a atacar as barricadas com armas de fogo.

Nesse momento, a Polícia Federal intervém sob ordens diretas do presidente Vicente Fox. Com armas rudimentares (molotov, rojões), as barricadas enfrentaram a força federal, que acabou ocupando pontos centrais (dia 28/10). A APPO reorga-

nizou o movimento e as massas retomaram o centro da cidade.

Frente à resistência popular, o senado e a câmara dos deputados aprovaram uma moção para que Ruiz renuncie. O governo federal atua com a repressão e o parlamento manobra para esvaziar a luta popular.

As reivindicações dos professores devem ser atendidas e não apenas a exigência de renúncia do governador.

Oaxaca é um exemplo de luta e organização independente contra a opressão capitalista. A APPO mostra que as massas em luta tendem a criar organismos próprios para enfrentar a exploração, a opressão e o controle político da população pelo poder do Estado.

O movimento ficou circunscrito à capital de Oaxaca, nisto reside sua limitação. A classe operária e a camponesa não puderam sair em defesa de Oaxaca ocupada devido ao bloqueio das direções sindicais e políticas dominantes. Nos embates como o de Oaxaca, vemos a enorme potencialidade da luta revolucionária das massas e seus limites devido à falta do partido operário revolucionário, que com o programa da revolução social unifica o combate contra a burguesia e seu Estado.

Todo apoio internacional para a vitória da APPO. Viva a ocupação popular de Oaxaca!

Afeganistão

Genocídio imperialista

A guerra de ocupação do Afeganistão contra o governo do Taleban foi considerada vitoriosa pelos Estados Unidos e a coligação militar dirigida pela Organização do Tratado Norte (OTAN). No entanto, o controle do país pelo governo afegão pró-ocupação e pelas forças da OTAN vem se mostrando frágil.

A guerrilha do Taleban avança o combate às forças imperialistas. O apoio da população constituiu-se em trincheiras para os guerrilheiros, sem as quais é impossível enfrentar o exército estrangeiro altamente tecnificado.

Diz a OTAN: "Insurgentes usam a população civil como escudos humanos e tornam a situação mais difícil para nós". Essa explicação procura dar a idéia de que o Taleban impõe à força para a população o papel de "escudo humano", de forma a justificar o massacre de civis pela OTAN. Na realidade, a guerrilha consegue atacar o exército ocupante e se defender de suas poderosas armas emergindo no seio da população. Isso quer dizer que o Taleban ganha força em importantes parcelas dos afegãos em seu combate para expulsar o imperialismo e derrubar o governo preposto de Hamid Karsai.

Em setembro, a OTAN/EUA lançaram uma ofensiva militar intitulada "Operação Medusa", na região Panjwayi. Resultado: 500 mortos entre guerrilheiros e civis. As forças imperialistas esconderam o total de civis, que deve ter sido alto. Agora, em fins de outubro, nova incursão matou entre 40 e 80 civis, assim noticiaram os jornais indicando que se escondem os números verdadeiros. O Ministério do Interior reconheceu 40 mortos civis. E a Otan refere-se a 12.

Se os números de civis mortos são manipulados, a realidade da guerra genocida de ocupação não tem como ser acobertada. Os guerrilheiros do Taleban não fazem senão defender sua pátria contra os invasores imperialistas e o governo títere narcotraficante de Karzai (está ligado ao tráfico de heroína desde quando fazia resistência no norte do país ao governo do Taleban). A mortandade se dá também contra os

militantes do Taleban. Estima-se que mais de 3 mil morreram na guerra contra os invasores, entre guerrilheiros e civis, enquanto que a Otan perdeu apenas 150 soldados.

É evidente que se trata de uma guerra entre desiguais e que o exército ocupante tem de derramar muito sangue de guerrilheiros e civis para sustentar o domínio estrangeiro do Afeganistão.

Os trabalhadores do mundo todo devem levantar a bandeira de "fora o imperialismo genocida do Afeganistão!"

Massacre no Paquistão

No dia seguinte ao descrito acima, os jornais noticiaram o bombardeio com mísseis aéreos de uma escola religiosa (madrassa) em Chingai, uma aldeia na fronteira com o Afeganistão. Resultado: 80 mortos.

O governo paquistanês justificou a carnificina com o argumento de que na madrassa se treinam guerrilheiros do Taleban e terroristas da Al-Qaeda. A região está sob controle de chefes tribais. Assim, uma ofensiva terrestre do exército enfrentaria resistência da população; os agentes do serviço secreto explicaram o ataque de surpresa segundo o objetivo de matar o líder religioso muçulmano Liaquat Hussain.

Mais uma vez, a alta tecnologia militar é colocada a serviço da matança de pessoas completamente indefesas. Não havia sequer uma situação de confronto armado. Bastou a informação do serviço secreto de que lideranças rebeldes estavam na madrassa para que mísseis fossem lançados. Trata-se de um ato terrorista do Estado paquistanês e dos Estados Unidos.

A guerra no Afeganistão e no Iraque se manifesta na aldeia de Chingai. O governo de Pervez Musharraf cumpriu a missão sangrenta contra o povo paquistanês, segundo as exigências do imperialismo.

Estados Unidos – genocidas

A mortandade na madrassa de Chin-

gai é mais uma obra do Estado norte-americano.

Configurada a chacina, o governo dos EUA correu a se desvincular do crime hediondo. Não teve responsabilidade – foi o que alegou a Casa Branca. Vergonhoso cinismo. Pervez Musharraf é um cão de guarda do intervencionismo norte-americano no Afeganistão. Responde às pressões do governo Bush para caçar os adeptos do Taleban e da Al-Qaeda.

A maior potência mundial se destaca por combater a resistência antiimperialista dos povos oprimidos e dos movimentos nacionalistas muçulmanos com genocídios.

É preciso entender que os EUA expressam as tendências bélicas do capitalismo da época imperialista. Ocuparam o lugar da Alemanha, que protagonizou duas grandes guerras mundiais.

Há necessidade premente dos EUA controlarem mais diretamente as regiões petrolíferas e as que permitem expandir seus negócios. Com poderosíssimo arsenal bélico e um orçamento militar que beira a 500 bilhões de dólares, a burguesia monopolista norte-americana e seu Estado não avaliaram corretamente a capacidade de resistência de povos bárbaros e de economia tão atrasada.

Não há como combater o heroísmo dos povos oprimidos – Taleban, Hezbollah e Hamas têm apoio direto das massas – sem massacres e carnificinas. Nisso consiste o genocídio imperialista.

O movimento mundial das massas cresce em contraposição aos governos genocidas e se contrapõe às tendências bélicas do imperialismo. A ausência do Partido Mundial da Revolução Socialista – IV Internacional – é um obstáculo para transformar a resistência dos povos oprimidos e das massas em combate pela revolução social em cada país e mundial. Mas esta contradição será resolvida em favor da revolução comunista. O programa de Transição da IV Internacional mostra toda sua validade. A vanguarda deve se unir para materializá-lo no seio do proletariado e dos povos oprimidos, em sua luta contra a barbárie capitalista.